



OS COMUNISTAS DIANTE DO GOLPE DE ESTADO DE 1964: PCB, PCdoB E POLOP, LEITURAS DISTINTAS PARA O MESMO FATO

Lineker Noberto [*]

Este artigo discute as distintas leituras elaboradas pelas organizações comunistas sobre o golpe de Estado de 1964. Apresentando sensíveis diferenças sobre os agentes do golpe e os motivos que levaram a dolorosa derrota, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO ou POLOP), evitaram revisar as suas orientações anteriores a 1964. Enquanto o PCB e o PCdoB continuaram defendendo que o golpe havia sido orquestrado pelo imperialismo, e seus aliados internos – uma minoria reacionária e entreguista –, contra os interesses desenvolvimentistas da Nação, a Polop, continuou sustentando sua tese de que o golpe havia sido produzido pelo conjunto da classe dominante brasileira, que veiculada ao imperialismo, mantinha-se aliada no processo de desenvolvimento capitalista no país. Já sobre as causas da derrota, enquanto o PCB responsabilizava a radicalidade assumida pela vanguarda do movimento popular, o PCdoB e a Polop, condenavam o “reboquismo” e “pacifismo” da linha reformista comandada pelo governo trabalhista, e apoiada pelos pecebistas.

Palavras-chave: Comunistas; Golpe de Estado; Ditadura

THE COMMUNISTS IN THE FACE OF THE 1964 COUP D'ÉTAT: PCB, PCdoB AND POLOP, DIFERENT READINGS FOR THE SAME FACT

ABSTRACT

This article discusses the different interpretations developed by communist organizations regarding the 1964 coup d'état. Presenting significant differences regarding the agents of the coup and the reasons that led to the painful defeat, the Brazilian Communist Party (PCB), the Communist Party of Brazil (PCdoB), and the Revolutionary Marxist Organization – Workers' Policy (ORM-PO or POLOP) avoided revising their pre-1964 guidelines. While the PCB and the PCdoB continued to defend that the coup had been orchestrated by imperialism and its internal allies – a reactionary and sellout minority – against the developmental interests of the Nation, POLOP continued to support its thesis that the coup had been produced by the entire Brazilian ruling class, which, in alliance with imperialism, remained an ally in the process of capitalist development in the country. Regarding the causes of the defeat, while the PCB blamed the radicalism assumed by the vanguard of the popular movement, the PCdoB and Polop condemned the “towing” and “pacifism” of the reformist line led by the labor government, and supported by the members of the PCB.

Keywords: Communists; Coup d'etat; Dictatorship



LOS COMUNISTAS ANTE EL GOLPE DE ESTADO DE 1964: PCB, PCdoB Y POLOP, DIFERENTES LECTURAS PARA EL MISMO HECHO

RESUMEN

Este artículo analiza las diferentes lecturas elaboradas por las organizaciones comunistas sobre el golpe de Estado de 1964, presentando sensibles diferencias sobre los agentes del golpe y las razones que llevaron a la dolorosa derrota, el Partido Comunista Brasileño (PCB), el Partido Comunista de Brasil (PCdoB) y la Organización Revolucionaria Marxista – Política Obrera (ORM-PO o POLOP), evitaron revisar sus directrices anteriores a 1964, mientras que el PCB y el PCdoB continuaron argumentando que el golpe había sido orquestado por el imperialismo y sus aliados internos. –una minoría reaccionaria y capitular–, en contra de los intereses desarrollistas de la Nación, Polop siguió sosteniendo su tesis de que el golpe había sido producido por la clase dominante brasileña en su conjunto, que, en apoyo del imperialismo, seguía siendo un aliado en la guerra. proceso de desarrollo capitalista en el país. En cuanto a las causas de la derrota, mientras el PCB achaca el radicalismo asumido por la vanguardia del movimiento popular, el PCdoB y Polop condenan el “reboquismo” y el “pacifismo” de la línea reformista encabezada por el gobierno laborista, y apoyada por los pecebistas.

Palabras clave: Comunistas; Golpe de Estado; Dictadura

INTRODUÇÃO

Derrotadas, as organizações comunistas tiveram que interpretar as ações do inimigo e os equívocos cometidos no campo de batalha. Tanto ao PCB quanto ao PCdoB, o golpe de Estado de 1964 havia sido orquestrado pelo imperialismo, e seus aliados internos – uma minoria reacionária e entreguista –, contra os interesses desenvolvimentistas da Nação. Para a Polop, no entanto, havia sido produzido pelo conjunto da classe dominante brasileira, que veiculada ao imperialismo, mantinha-se aliada no processo – inerente do desenvolvimento capitalista – de expropriação e exploração da classe trabalhadora. Em suas explicações sobre a derrota, mais divergências. Enquanto o PCB responsabilizava a radicalidade assumida pela vanguarda do movimento popular pelo fracasso da experiência pré-64, o PCdoB e a Polop, por sua vez, condenavam o “reboquismo” e “pacifismo” da linha reformista comandada pelo governo trabalhista e apoiada pelo próprio PCB, responsabilizando-o por desarmar o movimento popular diante do inimigo de classe. Apesar da dolorida derrota política, cada organização comunista,



mesmo assumindo posições sensivelmente distintas, mantiveram as certezas de que suas orientações anteriores estavam corretas.

QUEM DEU O GOLPE NO BRASIL?

O PCB continuou insistindo que a principal contradição da realidade brasileira não se encontrava no conflito entre capital e trabalho, mas naquela que opunha o imperialismo ao conjunto da Nação, materializados na luta entre um projeto reacionário e entreguista contra um democrático e nacionalista. Não à toa, a resolução política do Comitê Central, publicada em maio de 1965 no suplemento especial do *Voz Operária*, dando início à sua avaliação por meio de uma análise do contexto internacional, fazia menção a intervenções militares dos Estados Unidos em países africanos e asiáticos em plena luta anti-colonial. A escolha não era ao acaso. Era no contexto do crescente avanço da violência imperialista, particularmente estadunidense, que intensificava “sua atividade em diferentes regiões do mundo, empreendendo atos de agressão contra os povos que [lutavam] pela libertação nacional”, que o PCB interpretava os recentes “golpes reacionários” na América Latina (Doc. Carone, 1982a, p. 16-17).

O imperialismo promovia governos ditatoriais que buscavam assegurar e “consolidar seu domínio espoliador”, interrompendo as pretensões de “libertação nacional” desses povos oprimidos. Neste sentido, o golpe de 1964 no Brasil havia levado ao poder “os representantes das forças mais retrógradas e antinacionais: agentes do imperialismo norte-americano, latifundiários e grandes capitalistas ligados aos monopólios ianques”, que acabaram constituindo “uma ditadura militar, reacionária e entreguista”, a ser conduzida “*de fato* [...] por um grupo de generais a serviço da Embaixada dos Estados Unidos” (Carone, 1982a, p.17).

Nestes termos, a política econômico-financeira empreendida pelo novo regime atingia “os interesses da burguesia nacional, cada dia mais ameaçada pela concorrência imperialista”, tornando, assim, mais agudas as contradições que continuavam dividindo a sociedade brasileira, a saber, a contradição entre os interesses nacionais e os imperialistas (Doc. CARONE, 1982a, p. 18). O PCB continuava sustentando que a “burguesia nacional” era um conceito “eminentemente político”, e não podia ser resumido a uma posição relativa a vínculos



econômicos ou grandeza e capacidade de investimento. Ele se referia àquela “parcela da burguesia brasileira que, ‘em virtude de seus próprios interesses de classe, [era] levada a chocar-se com o capitalismo monopolista estrangeiro que [representava] obstáculos à expansão de seus negócios’”. Só “a prática da luta anti-imperialista” permitia verificar quais eram, concretamente, em cada momento histórico, os setores da burguesia brasileira que podiam ser identificadas enquanto “burguesia nacional” (Doc. Carone, 1982c, p. 63).

Reconhecia “que, entre os grupos de grandes capitalistas (bilionários e multibilionários), situados em posições-chaves da economia nacional, [predominavam] os que [estavam] vinculados aos monopólios estrangeiros”; entretanto, isso não eliminava a existência e influência das pequenas, médias, e mesmo, grandes empresas, que tinham seus interesses “prejudicados e, em muitos casos, literalmente esmagados pelo capital imperialista”. Neste sentido, a existência da “burguesia nacional” não podia ser negada, nem mesmo diante da sua ação política perante o golpe. A participação “de sectores majoritários da burguesia nacional em favor do golpe” apenas refletia o seu “carácter vacilante e dúplice”. Embora sua contradição com o imperialismo e o latifúndio fosse o fator predominante em seu comportamento político, “seus interesses de classe exploradora [a haviam levado a] procurar o encaminhamento dessa contradição para soluções de conciliação”. Sua posição política sempre dependia, portanto, das condições concretas impostas pela correlação de forças. Era a força real do movimento operário e “consistência do seu sistema de aliança” que, modificando os cenários, dava à “burguesia nacional” uma política consequente com os interesses reformistas necessários a um projeto nacional-popular anti-imperialista (Doc. Carone, 1982c, p. 63). Por este caminho argumentativo, o PCB explicava o apoio da “burguesia nacional” a um golpe antinacional, entreguista e reacionário, como manifestação de sua condição vacilante. Neste caso, a responsabilidade não residia apenas na sua condição de classe exploradora, mas na ação política inconsequente da vanguarda do movimento popular que, relapsa em relação a sua aliança com setores da burguesia, permitiu que eles aderissem à aventura golpista de seus adversários.

Partindo da mesma noção de que a contradição principal da realidade brasileira residia no conflito entre o conjunto da Nação e o imperialismo, e de que, portanto, a etapa da revolução brasileira ainda era a de uma revolução nacional-democrática (ou seja, não socialista, mas anti-



imperialista e anti-feudal), os documentos oficiais da direção do PCdoB percorriam o mesmo itinerário do PCBⁱ.

Há muito tempo, os “monopolistas ianques” haviam se transformado no “gendarme da reação no mundo”, intensificando “sua ação agressiva contra o movimento de libertação nacional”. Em toda parte, procuravam “liquidar as liberdades e esmagar os movimentos progressistas”. Exemplos de intervenção na África e Ásia se somavam as investidas na América Latina. Os fatos mais recentes demonstravam que “os monopolistas ianques [vinham sendo] elemento decisivo na consumação dos golpes militares” na região. Quando os governos das classes dominantes locais não reprimiam “suficientemente o movimento popular e patriótico, os espoliadores ianques [tratavam] de derrubá-lo”. Para tanto, contavam com “fortes posições” nos países, desde a “influência direta que [exerciam] nas Forças Armadas”, até a disposição que possuíam “de vasta rede de agentes, entre os quais se [encontravam] governadores, ministros e parlamentares” (Doc. O Golpe de 1964 e seus ensinamentos).

No Brasil, as coisas não foram diferentes. O clima de liberdade e “avanço do movimento democrático e antiimperialista preocupava seriamente os reacionários do país e dos Estados Unidos”, que se uniram para interromper a marcha dos acontecimentos. Segundo a leitura do PCdoB, o processo de desestabilização do governo trabalhista era comandado pela embaixada dos Estados Unidos que, na surdina, movia “os cordéis” contra o regime democrático. Assim, o golpe de Estado havia sido produto da ação coordenada das “forças reacionárias internas e do imperialismo norte-americano” que, ao depor o presidente da República, instauraram uma ditadura militar para lhes servir (Doc. O Golpe de 1964 e seus ensinamentos).

Liderado por um “punhado de militares de alta patente” influenciados pela política do Pentágono, o novo governo representava os interesses “da grande burguesia ligada ao capital monopolista ianque, dos latifundiários e do imperialismo norte-americano”. Repetindo as diretrizes que lhes eram “sopradas por generais e *experts* dos Estados Unidos”, os militares que se encontravam à frente do governo vinham fazendo grandes concessões ao imperialismo. A ditadura atentava contra a soberania do país ao consentir com a aprovação do acordo para o estabelecimento de missões militares no Brasil e revisar a lei de remessa de lucros aprovada



pelo Congresso, abolindo os artigos que favoreciam a economia nacional. Também a política externa expunha os elementos mais visíveis da sua submissão ao imperialismo. Com a declaração do embaixador da ditadura em Washington, Juracy Magalhães, de que “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, o novo governo retornava “à posição de total subserviência aos ditames do Departamento de Estado”. Desta forma, o golpe acentuava “a dependência do país aos monopólios norte-americanos”, e a submissão aos interesses de uma potência estrangeira, colocados acima dos interesses do país, denotavam os riscos de “recolonização” a que estava ameaçado o Brasil (Doc. O Golpe de 1964 e seus ensinamentos).

Comprova-se mais uma vez que o imperialismo norte-americano é o principal inimigo do povo brasileiro. Está aliado às Forças reacionárias internas que lhe servem de sustentáculo na espoliação do país e na opressão do seu povo. Essas forças, por sua vez, encontram no imperialismo ianque um valioso apoio para defender seus privilégios. Quando se trata de combater o movimento democrático e antiimperialista, os monopólios dos Estados Unidos e a reação interna formam um bloco unido. O povo brasileiro não poderá conquistar uma autêntica democracia sem se livrar da exploração do capital norte-americano, sem desfazer o bloco do imperialismo ianque com os reacionários internos e sem destruir a máquina da dominação montada no Brasil pelos milionários estadunidenses (Doc. O Golpe de 1964 e seus ensinamentos).

Partindo de um caminho idêntico, a conclusão a que chega o PCdoB não poderia deixar de ser a mesma que sustentava o PCB: o golpe de Estado de 1964 havia sido produto da ação direta do “imperialismo ianque”, com o auxílio de seus aliados internos, a saber, o latifundiário e os setores mais retrógrados da burguesia entreguista. Interpretando a ação imperialista como uma ameaça externa “neocolonialista”, a ser defendida internamente apenas por alguns setores mais reacionários, o PCdoB também continuava defendendo o papel nacionalista e democrático-popular da chamada “burguesia nacional”. Essa condição, no entanto, era duramente questionada pela elaboração teórico-programática da Polop.

Alguns autores já se perguntaram como a Polop caracterizou o golpe e a ditadura que adveio dele (Coelho, 2014). A resposta mais adequada a essa questão deve levar em consideração que apesar de a organização ter elaborado uma posição oficial, a compreensão sobre o golpe não foi exatamente a mesma para todos os militantes. A luta interna surgida após



a derrota de 1964 demonstrou disparidades entre a interpretação promovida pela direção nacional e um núcleo dominante na Secretaria Regional de Minas Gerais. A existência de divergências – que se diga de passagem, também existiam no interior do PCB e do PCdoB – não nos deve impedir, contudo, de aceitar que uma posição prevaleceu internamente, consagrando-se como a oficial. A manutenção dela, mesmo que diante de um amplo conflito interno, é que permite que se possa assumir que a Polop apresentou uma consistente interpretação sobre o golpe e a ditadura, condicionando a esta, na época, a sua proposta de atuação política (Noberto, 2021).

Em artigo publicado no exílio, Ruy Mauro Marini questionava a opinião “compartilhada por amplos setores da esquerda brasileira” que consideravam o golpe de 1964 como uma simples “intervenção disfarçada dos Estados Unidos”. Defendendo que “a ação dos Estados Unidos no Brasil não se podia entender como alheia à realidade nacional, mas como elemento constitutivo dela”, seu artigo, *Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo*, publicado originalmente em castelhano, em junho de 1965, baseava-se em grande medida num relatório sobre a situação política brasileira que ele chegara a apresentar na “última reunião do Comitê Central da Polop” de que participara (Traspadini; Stedile, 2005).

O texto, que, como parte da obra do autor, ainda continua sem tradução para o português, era claro em suas pretensões e incrivelmente lúcido. Sem desconsiderar “a influência dos fatores internacionais nas questões internas” de um país subdesenvolvido como o Brasil, Marini recusava a explicação do golpe como uma simples manifestação de forças políticas externas sobre a vida política nacional. Privilegiando a análise da situação interna brasileira, o autor avaliava, com detalhes, as relações de poder existentes entre os grupos políticos do país, e as “tensões sociais que se desenvolveram a partir de uma determinada configuração econômica”, promovendo uma compreensão sobre o golpe sensivelmente distinta das interpretações correntes à época (Marini, 1965).

O “apoio unânime” que os militares haviam recebido das classes dirigentes e da pequena burguesia apontava que o “bonapartismo militar brasileiro” não era mero “resultado de uma ação externa”, mas obra de uma ação coordenada do conjunto da própria burguesia brasileira



com o latifúndio e o imperialismo norte-americano. Segundo a apurada análise de Marini, não tinha sido apenas o receio em torno da crescente ação organizada dos movimentos de massa que havia contribuído para aproximar a chamada “burguesia nacional” das demais classes dominantes, fundido-as em um único bloco de ação política, mas a sua própria condição de classe, explicada pelo singular desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro (Marini, 1965).

As contradições do desenvolvimento dependente impunham à burguesia industrial a necessidade de um governo politicamente forte para a realização das reformas econômicas que pudessem desbloquear os consistentes entraves para a aceleração econômica em território nacional. Após sucessivos fracassos em estabelecer tais governos, e a flagrante incapacidade de Goulart de constituir uma aliança em favor desse projeto, a chamada “burguesia nacional”, necessitada de um “governo forte”, finalmente aceitara a tutela da ação militar, submetendo-se às condições impostas pelos seus parceiros de classe. O que significava, na prática, “o abandono da ideia de desenvolvimento econômico autônomo em favor de uma integração definitiva ao capitalismo norte-americano” (Marini, 1965).

Desta forma, para Marini, o golpe, e o novo regime instituído por ele, era a definição clara de que a burguesia brasileira finalmente havia aceitado o seu “papel de sócio menor em sua aliança com o capital estrangeiro”. E assim, os militares, “apoiados pela coalizão das classes dominantes”, ocupavam o “poder que as lutas políticas deixaram vago em 1964” (Idem). Esta tese confrontava-se diretamente com a perspectiva adotada pelos dois Partidos Comunistas do país.

Enquanto na avaliação do PCB e PCdoB, a ditadura representava exclusivamente os interesses do latifúndio e dos monopólios imperialistas norte-americanos, adversários da ainda propalada “burguesia nacional” – e como tal, o novo regime era incapaz de realizar as reformas inerentes ao processo de desenvolvimento industrial do país –, para Marini (e a direção da Polop), a nova política externa que intensificava a aproximação com os Estados Unidos e as fragrantíssimas concessões ao capital estrangeiro não eram suficientes para atestar um simples domínio imperialista contra os interesses da burguesia brasileira. As medidas econômicas



tomadas pelo novo governo beneficiavam tanto os “grupos estrangeiros” como “também a grande burguesia nacional”, na medida em que buscavam “superar a crise do setor externo”, e obedeciam às “demandas do próprio desenvolvimento capitalista brasileiro” propaladas pela burguesia industrial, “como a redução dos salários e a racionalização da produção”. Nestes termos, a questão era “menos saber se essa [nova] liderança [podia] beneficiar” a chamada “burguesia nacional”, “do que saber se [haveria] tempo para dar frutos” (Marini, 1965).

Este texto de Marini está, como admite o próprio autor, inerentemente preso a sua experiência de militante da Polop, e, não por acaso, expressa, em muitos sentidos, as ideias gerais que conformavam o que poderíamos identificar como a leitura da organização sobre o golpe. Desde suas primeiras avaliações, a direção nacional da Polop fazia questão de defender que a derrota de 1964 demonstrava o equívoco das teses pecebistas que já vinham sendo amplamente criticadas pela organização. A ideia de que a contradição principal do país não residia no conflito entre capital e trabalho, mas entre a nação e o imperialismo – o que tornava imprescindível a necessidade de se constituir uma frente ampla anti-imperialista, capaz de conduzir “o país dentro dos meios pacíficos, ao caminho progressivo do socialismo, através do desenvolvimento nacional e independente” – finalmente caía por terra diante do golpe de Estado de abril. Para a Polop, esta concepção pecebista ignorava “totalmente as dificuldades técnicas, de capital e políticas que [impediam] a burguesia nacional de seguir um caminho ‘independente e nacional’” (Oliveira, 2007, p. 118-119).

Como vimos a economia capitalista no Brasil, pelo caráter de seu desenvolvimento, está profundamente mesclada com a antiga estrutura latifundiária-exportadora, de um lado, e, de outro, com o capital imperialista, constituindo-se assim uma burguesia monopolista e anti-desenvolvimentista no país (Oliveira, 2007, p. 118-119).

Desta forma, a leitura assumida pela direção da Polop foi de que o golpe era a representação mais clara da aliança de classe da “burguesa nacional” com os seus parceiros imperialistas e latifundiários. O golpe de Estado não demonstrava apenas “o antagonismo existente entre as classes dominantes e as classes exploradas do país”, ele revelava também,



[...] a comunidade de interesses que solda a coligação das classes dominantes, reforçada ao menor sinal de avanço do movimento de massas. Denuncia, sobretudo, que a associação da burguesia brasileira ao imperialismo norte-americano – que se processou sem interrupção nos últimos vinte e cinco anos [...] – atingiu aquele ponto em que o que serve aos monopólios estrangeiros (orientação do FMI) é o que serve, também, aos grupos monopolistas nacionais. Pela porta aberta da associação de capitais, os trustes estrangeiros compuseram-se, entrelaçaram-se, fundiram-se à burguesia industrial e financeira, estreitaram os laços que os uniam aos latifundiários, absolutizaram seu controle sobre o comércio exterior e invadiram a área do comércio interno. O imperialismo permeia assim toda a economia brasileira, é um dos seus elementos constitutivos, [e] representa parte integrante da coligação dominante (Oliveira, p. 125).

Diante disso, segundo a posição que prevaleceu como oficial dentro da Polop, a necessidade de um governo autoritário da burguesia no Brasil tinha “como causa a crise econômica e a integração imperialista no país”. Situação que gerava a necessidade de um poder político “capaz de impor o rebaixamento dos salários reais e facilitar a centralização dos capitais para permitir um reerguimento dos lucros capitalistas”.

Ao contrário das versões dominantes, não vimos no governo e em sua política o espelho duma dominação imperialista contra uma burguesia nacional. Verificamos que o governo refletia, sim, o próprio processo de integração da grande burguesia brasileira no sistema imperialista. [...]. Do processo de integração imperialista e do aguçamento da contradição entre o capital e o trabalho surgiu a ditadura de Castelo Branco. Por isso foi ela caracterizada primeiramente como governo dos grandes monopólios: um governo para permitir o desenvolvimento dos grandes monopólios no país, sustentado pela aliança da burguesia industrial, financeira e pelo latifundiário, sob a égide do capital imperialista (Doc. Informe Nacional n. 35, 29-07-1966).

O domínio imperialista era uma realidade, que como parte de um processo socioeconômico, se acelerava no país, porém, não era mais um “fenômeno externo, que se [contrapunha] a produção industrial interna”. Não se tratava mais “daquele imperialismo que só comprava artigos agrícolas e vinha vender seus produtos manufaturados”. Na última década no Brasil as importações de “produtos acabados” haviam diminuído na mesma medida em que a exportação de manufaturados havia crescido, sendo que a produção industrial havia aumentado junto com, e não contra, a ampliação do capital imperialista.



Na indústria automobilística, na petroquímica, na siderúrgica, na farmacêutica, é o grande capital dos monopólios que se apossa e que integra definitivamente o capitalismo brasileiro no sistema imperialista mundial. Por isso mesmo a impotência do nosso nacionalismo burguês, por isso mesmo a impossibilidade duma burguesia anti-imperialista no atual estágio de desenvolvimento do país. As reivindicações da indústria nacional menos associada aos grandes capitais de fora pedem melhores condições para o empresário nacional, mas defendem – e não poderia ser de outro modo para eles – a inversão imperialista em si mesma, que lhes abre novas áreas de produção e mercado (Doc. Informe Nacional n. 35, 29-07-1966).

A posição dominante dentro da Polop reconhecia haver um desconforto da “burguesia nacional” com a política deflacionária do governo que, sem interesse em esboçar uma alternativa política ao regime, apenas buscava imprimir ajustes a ela. Neste sentido, a oposição burguesa à ditadura era nada mais nada menos do que a expressão política de insatisfação de uma parcela da burguesia prejudicada pela política econômica do primeiro governo militar, efeitos colaterais da integração imperialista da burguesia brasileira.

Defendendo que o golpe não havia sido promovido por “conjuras maquiavélicas de fora”, de um imperialismo agindo isoladamente, mas pelas classes dominantes locais que “ansiavam por um regime forte para sair do impasse econômico” (Doc. Martins, 1966, p. 10), Ernesto Martins (pseudônimo de Eric Sachs) sustentou essa tese, da direção nacional da Polop, em vários textos dedicados a subsidiar o debate preparatório do IV Congresso da organização. Apesar de “pró-imperialista”, a política econômica da ditadura, que, conduzindo a um processo de centralização de capitais, atendia aos “grupos monopolistas mais fortes”, não deveria ser mal compreendida. As bases que condicionavam o domínio imperialista encontravam-se no próprio país.

A política nacional, em última instância, é feita aqui. Mesmo quando as decisões políticas e econômicas estão sendo tomadas no exterior, elas só se realizam quando aceitas e endossadas por autoridades nacionais. O Estado, o governo, são expoentes das classes existentes no país - concretamente, são sustentáculos e instrumentos da nossa classe dominante. A influência do imperialismo no país, as posições que conquistou, devem-se unicamente às atitudes da nossa burguesia, que lhe abriu as portas, que diariamente clama pela vinda de capitais estrangeiros e que está associada ao imperialismo mundial, especialmente ao norte-americano. O imperialismo não tem outro meio de influir na política



interna do país além dessa associação. Não somos colônia, nem país ocupado. Se o Exército se torna “apêndice do norte-americano”, isto reflete meramente a atitude da nossa classe dominante e do seu Estado (Martins, 2010, p. 84).

Em suma, a posição dominante dentro da Polop defendia que o golpe era produto direto da ação coordenada da chamada “burguesia nacional” com o latifúndio e o imperialismo, que aliados desde o processo inicial do desenvolvimento industrial no país, buscaram conservar as estruturas socioeconômicas ameaçadas pelo movimento popular num momento de ascensão da luta de classes, abrindo mão do domínio político direto nos negócios de Estado. Nestes termos, a ditadura representava a “associação definitiva da burguesia brasileira ao imperialismo norte-americano, na condição de sócia menor” (Doc. *Jornal Política Operária*, n.14).

AS CAUSAS DA DERROTA

Apesar da existência de divergências internas, uma posição majoritária dentro do PCB se afirmava desde cedo por meio da supracitada resolução do Comitê Centralⁱⁱ. O documento reconhecia a necessidade de autocrítica à prática política do partido no período anterior ao golpe, mas, definindo os equívocos que havia cometido, deixava claro que eles correspondiam menos a deficiências do Programa do que à sua execução.

Segundo a resolução do C.C, a vitória dos golpistas havia exposto muitas debilidades do partido. Ao revelar-se falsa a confiança depositada no “dispositivo militar” de Goulart, demonstrou-se frágil a perspectiva apresentada pelo partido às massas “de uma vitória fácil e imediata”. Esta resolução de 1965 faz menção ao “reboquismo [...] em relação ao setor da burguesia nacional que estava no Poder”ⁱⁱⁱ. Uma condição que impediu o partido de preparar as massas para enfrentarem de maneira adequada a violência da reação. Considerados como um “desvio de direita”, esses equívocos não eram produtos da tática definida pelo próprio Programa, mas interpretações equivocadas do mesmo, que como tal, devia ser preservado. A resolução política do VI Congresso, que, realizado em dezembro de 1967, reafirmou o Programa que havia sido estabelecido pelo V Congresso de 1960, definia as ilusões burguesas



do partido em torno do caminho pacífico da revolução como um mero erro de interpretação: “As possibilidades do chamado ‘caminho pacífico’ foram em geral erroneamente interpretadas por nós, como se a revolução pudesse ser um processo idílico, sem choques e conflitos”. Não obstante isso, ademais, era “completamente falso [...] localizar nas tendências de direita a causa fundamental dos erros que [o partido havia cometido] na aplicação do V Congresso”, segundo defendia a resolução do novo congresso (Carone, op. cit., 1982c, p. 53).

No fundamental, os erros que cometemos na aplicação da linha política do V Congresso decorreram de uma posição subjetivista, da pressa pequeno-burguesa e do golpismo, que nos levaram a crer na vitória fácil e imediata, a contribuir, com nossa atividade política, para precipitar os acontecimentos, sem que existissem condições que pudessem assegurar a vitória da classe operária e das forças nacionalistas e democráticas (Carone, op. cit., 1982c, p. 54).

Todos os documentos do Comitê Central do PCB defendiam que a linha política aprovada no V Congresso havia obtido enorme êxito. Ao permitir que o partido estreitasse suas ligações com as massas e participasse ativamente da vida política nacional, contribuíra “de tal maneira para o avanço do processo revolucionário que contra [ele] se levantaram raivosos os inimigos da revolução”. No entanto, desde a posse de Goulart, a militância acabou afastando-se, imprudentemente, da linha política oficial. Ao ponto de que, nos últimos meses do governo trabalhista, o partido já havia abandonado “a luta pela justa aplicação da linha” (Doc. Carone, 1982a, p. 24-25).

A resolução de maio de 1965 avaliava que o combate firme que o partido havia travado em favor das duas greves gerais em 1962 e 1963, contra o Plano Trienal, “a negociata da *Bond and Share*”, e o estado de sítio solicitado pelo governo, fora justo. Porém, a indispensável luta contra a política de conciliação do governo Goulart nem sempre tivera sido conduzida de forma adequada. Fazendo uma dura oposição, na prática, a atividade do partido parecia pressupor que a política do governo era “quase inteiramente negativa”. Desprezando os seus aspectos positivos, como sua política externa, de independência e defesa da paz; e sua política interna, de respeito às liberdades democráticas e atendimento as reivindicações dos trabalhadores; sua posição diante da administração Goulart “adquiria o sentido de luta contra um governo

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-26, e-rte331202470, 2024.



entreguista, com o objetivo principal de desmascará-lo perante as massas” (Doc. Carone, 1982a, p. 25).

Ao invés de concentrar-se no combate ao imperialismo norte-americano e seus agentes internos, o partido dirigiu-se fundamentalmente contra a política de conciliação, atingindo assim também o setor nacionalista do governo que transigia com o imperialismo. Isso levou a uma despreocupação com as manobras e articulações de figuras como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, subestimando o “perigo de golpe de direita, considerado mero espantinho para amedrontar as massas”. Por este caminho, exigia-se “medidas cada vez mais avançadas, sem levar em conta [as] próprias debilidades e a fraqueza do movimento nacionalista e democrático, bem como a efetiva correlação de forças sociais que então existia”, expondo assim, “a persistente influência do subjetivismo” na atividade política do partido (Doc. Carone, 1982a, p. 25).

Deixamos de lado o fato de que o próprio avanço do processo democrático ameaçava os privilégios dos monopólios estrangeiros, dos latifundiários e da grande burguesia entreguista, que ainda possuíam fortes posições. Uma falsa avaliação da realidade não nos permitiu ver que a correlação de forças sociais, nos últimos meses do governo Goulart, tornava-se dia a dia, menos favorável às forças nacionalistas e democráticas. Uniam-se os reacionários e entreguistas, que conseguiam atrair para seus lados amplos setores da burguesia nacional e da pequena burguesia urbana, descontentes com a situação e que não concordavam com as crescentes ameaças ao regime constitucional vigente. As forças da direita armavam-se e preparavam aceleradamente o golpe (Doc. Carone, 1982a, p. 25-26).

E apesar do perigo, a gravidade do momento que o país atravessava não era devidamente assimilada. “Justamente quando amplos setores das camadas médias das cidades passavam para o lado da reação, afirmávamos, ao contrário, que essas camadas se incorporavam à luta anti-imperialista”, sustentava a direção do PCB na resolução do seu VI Congresso (Carone, 1982c, p. 53).

Um texto assinado por Assis Tavares, publicado em julho de 1966, na revista *Civilização Brasileira*, dedicado a análise das “causas da derrocada de 1º de abril de 1964”, resume bem a tese assumida pela direção do PCB. A leitura otimista sobre a vitória popular em

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-26, e-rte331202470, 2024.



agosto-setembro de 1961 alimentou teses ilusórias que levaram as forças progressistas a uma tática equivocada. Tendo sido essa a razão que explicava, no terreno político, os motivos para a derrocada em abril de 1964: “Toda tática das correntes progressistas e do próprio governo Goulart encontrava-se apoiada numa base falsa: *não havia uma justa análise da correlação de forças e do desenrolar do processo*” (Carone, 1982b, itálico do original, p. 49).

O autor começava criticando a radicalização imposta pelas Ligas ao movimento camponês da época, ainda imaturo para responder as exigências da luta revolucionária. Responsável por este passo impensado, sua principal liderança, o grupo de Francisco Julião – que, “inexperiente e ofuscado pelo exemplo cubano, [...] tentou artificialmente radicalizar o processo” (Carone, 1982b, p. 35) –, havia conduzido uma luta inconsequente em torno da reforma agrária, que não apenas dividiu a massa camponesa, afastando os pequenos proprietários, como atçou a sanha violenta dos latifundiários e assustou a classe média e grupos urbanizados interessados em algum tipo de revisão da estrutura agrária.

Erro semelhante havia se dado entre os trabalhadores urbanos. Subestimando a influência burguesa no movimento operário, as forças revolucionárias haviam se iludido com as suas condições políticas de ação. Era forçoso reconhecer que o reformismo sempre fora uma força preponderante no seio da classe operária. Por isso, o partido comunista só havia conseguido certa influência sobre as massas trabalhadoras, na época em que optou por estabelecer uma política de aliança com as lideranças burguesas. Quando resolvera combatê-los frontalmente, perdera posições, afastando-se da grande massa dos trabalhadores. Essa experiência, fazia questão de pontuar, não servia para justificar a tese de que “a vanguarda revolucionária [deveria] se curvar diante da influência do reformismo burguês que [dominava] a classe operária no Brasil”, mas apenas compreender a real correlação de forças do campo concreto da luta, impedindo assim, que os comunistas continuassem a cometer o constante erro de uma política de “rompimento violento e mecânico com a posição reformista-burguesa” (Carone, 1982b, p. 37).

Na medida em que a luta avançava e a presença sindical crescia, se fortalecia a influência estatal na organização do movimento operário de massas. Essas limitações, porém, não eram



reconhecidas e compreendidas. Negadas, os exames da correlação de forças à época “sempre assinalavam o ‘poderio do CGT’”. Assim, as greves gerais de 1962 e 1963 acabaram sendo mal avaliadas. Exagerando sobre os resultados dessas ações, deixou-se de perceber que elas haviam obtido êxito apenas em algumas regiões do país, desconsiderando a importância do apoio oficial das forças reformistas, e que “seu êxito só foi completo nas empresas estatais, havendo fracassado na grande maioria das empresas privadas”. Em suma, não se percebeu que o “movimento sindical não tinha força para dar grandes passos nem poderia engajar-se prematuramente em batalhas decisivas” (Carone, 1982b, p.37). Equívocos de avaliação como esses levaram a vanguarda operária a iludir-se em torno de sua real força e relevância. Apesar do crescimento da sindicalização, ela ainda não havia se universalizado, ou chegado a estágios plenamente satisfatórios. E assim, a luta sindical continuou presa a uma dimensão “cupulista”.

A ascensão que o movimento operário experimentou a partir de 1962 também serviu para atemorizar “os círculos mais reacionários e conservadores, bem como o governo ianque. O fato de os trabalhadores pressionarem pelo atendimento de suas reivindicações e estarem se libertando do controle governamental assustou os privilegiados”. Se o início da unificação da classe operária, por meio do Pacto de Unidade e Ação (PUA) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), foi tomado como um importante desafio à estrutura tradicional, “o exagero radical, [e] o comportamento infantil que predominava em muitos setores progressistas, determinado por uma análise incorreta da real correlação de forças”, era um dos aspectos negativos que o inviabilizaram como um instrumento revolucionário. Ao invés de reconhecer que o movimento operário estava dando passos largos, mas que ainda não “possuía poderio suficiente para derrotar a reação, aceitou-se prazerosamente as provocações que visavam apressar o choque decisivo, quando as correntes progressistas ainda acumulavam força” (Carone, 1982b, p. 41-42).

Formado por “tendências ‘ultra-esquerdistas’, responsáveis por muitos erros na condução da luta”, também o movimento universitário da época se radicalizou, sem as condições plenas para tanto. Como “expressão de um grupo de vanguarda, não chegando a mobilizar a grande maioria dos estudantes”, as entidades estudantis, no que pesem algumas



exceções, geralmente se encontravam isoladas da grande massa que representavam, muito devido a sua posição ultra-esquerdista que evitava dar atenção aos problemas específicos dos estudantes (Carone, 1982b, p. 44).

A preocupação “ultra-esquerdista” em agitar os sargentos também levou a uma superestimação desse movimento. Afirmarções como a de que os sargentos eram “a liderança da revolução brasileira”, e de que impediriam “qualquer golpe reacionário” davam a tônica da ilusão que permeou a participação dos comunistas neste momento histórico. “Além desse erro de apreciação, que contaminou o conjunto das forças progressistas, a luta dos sargentos foi levada a uma extemporânea radicalização” (Carone, 1982b, p. 45). Assim, cedendo a provocações, ações prematuras de um pequeno grupo de sargentos serviram para romper a unidade interna do movimento e constituir a justificativa que os oficiais das Forças Armadas precisavam para intervir em favor do restabelecimento da disciplina e hierarquia militar.

Era a dinâmica bipolar da política brasileira que havia radicalizado todas as posições. Até figuras proeminentemente conservadoras como o presidente Jânio Quadros já vinham sendo ganhas para posições mais nacionalistas, quando renunciou ao seu mandato. Essa dinâmica bipolar – reflexo da contradição principal da sociedade brasileira, entre a Nação e o imperialismo norte-americano – condicionava a luta, constituindo as condições adequadas para a revolução democrático-nacional, que poderiam ser aproveitadas se as forças populares tivessem tido a prudência para conservar as alianças necessárias que evitariam o golpe (Carone, 1982b, p. 46)^{iv}.

Tudo indicava às forças progressistas, que era necessário mudar [a] tática, levando em conta a alteração da correlação de forças, que passara a ser desfavorável. Se isso tivesse sido visto, as forças progressistas não aceitariam o aceleração do processo, buscando somente consolidar suas posições” (Carone, 1982b, p. 47).

Em vez de congelar as ações reivindicatórias, assumindo uma posição reativa contra a conspiração golpistas que já se encontrava em marcha, a vanguarda do movimento popular radicalizou-se, aproximando-se de uma posição “golpista”.



Buscando uma solução para sucessão presidencial de 1965, havia surgido à época a tese continuísta que propunha a reeleição de Jango, algo que “esbarrava em óbices legais intransponíveis”, tornando-a uma “saída extraconstitucional”. Essa solução, evidentemente golpista, acabou sendo “a perdição do governo Goulart”, e a acusação de continuísmo, relacionada a tentativa de subverter a ordem legal, “fez desmoronar o dispositivo militar oficial, já enfraquecido com a ‘rebelião dos sargentos’” (Carone, 1982b, p. 48). O fracasso da tentativa de San Tiago Dantas de evitar o completo isolamento do governo selou a sorte do governo que já era ameaçado por uma enorme máquina golpista, entre eles, os instrumentos de propaganda do complexo IPES/IBADE.

O pior de tudo é que o declínio do apoio político de forças tradicionais ao governo não era contrabalançado pelo crescimento do respaldo popular, que deveria manifestar-se nas cidades e no campo. Esse apoio era dificultado por vários fatores, inclusive pela posição equivocada de setores das forças populares que, aberta ou veladamente, compreendiam ser sua principal tarefa a criação de dificuldades ao governo, na vã ilusão de que era possível se avançar muito mais. A cegueira política impediu assim que todos os esforços principais se voltassem para o combate ao inimigo, que febrilmente preparava o golpe de Estado (Carone, 1982b, p. 48-49).

Em princípio de 1964, o partido desprezava a importância da defesa da institucionalidade democrática da época, já radicalmente ameaçada, estimulando “o golpismo continuísta de Goulart”. E assim, ao “invés de alertar as massas e convocá-las à luta contra a ameaça de um golpe de direita, claramente revelada na ação de Lacerda, Ademar e seus sustentáculos militares”, defendiam a formação imediata de um novo governo que desse fim a política de conciliação, e atacava, primordialmente, o Parlamento, exigindo “a reforma constitucional e ameaçando o Congresso”. Assim, o partido permitia “que a defesa da legalidade fosse utilizada pelas forças da reação para enganar amplos setores da população e arrastá-los ao golpe reacionário”, abandonando, na prática, a orientação tática contida em sua linha política (Carone, 1982a, p. 26).

Por isso, as resoluções do PCB geralmente concluíam com condenações aos “desvios esquerdistas”, que segundo sua perspectiva, conduziram o partido aos erros que levaram a



derrota de 1964. Como explicação para a permanência dessa má conduta encontrava-se um apego a certa concepção pequeno-burguesa e golpista da revolução.

Na raiz de nossos erros está uma falsa concepção, de fundo pequeno-burguês e golpista, da revolução brasileira, a qual se tem manifestado de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa atividade revolucionária, independentemente da linha política, acertada ou não, que tenhamos adotado. É uma concepção que admite a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação das cúpulas ou, no melhor dos casos, do Partido. Ela imprime à nossa atividade um sentido imediatista, de pressa pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente e continuada pelos nossos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia pelo proletariado (Carone, 1982a, p. 26).

Se o PCB identificava no radicalismo das forças de esquerda, vanguardas do movimento popular, os motivos para a derrota de 1964, o PCdoB, condenando a linha pacifista do seu congêneres, apresentava a tese oposta: haviam sido o pacifismo e reboquismo os responsáveis pelo fracasso de abril.

A subestimação da atividade do imperialismo estadunidense no Brasil e “de seus planos de guerra e de domínio mundial” havia se constituído como “um dos principais motivos do insucesso das forças democráticas e antiimperialistas”. Confiando demasiadamente nos oficiais que ocupavam os principais comandos das Forças Armadas, o governo trabalhista superestimava as suas forças na mesma medida em que subestimava as de seus adversários. “Entre as massas populares predominava a ideia de que o Exército era a favor da legalidade e de que qualquer tentativa golpista seria imediatamente esmagada”. E assim, o povo se manteve “despreparado para enfrentar a ação combinada dos imperialistas e dos reacionários” (Doc. O Golpe de 1964 e seus ensinamentos).

Para o PCdoB, uma das principais lições que se poderia tirar da recém malograda experiência do movimento democrático e antiimperialista era a inviabilidade do caminho pacífico. Estava claro que a revolução não poderia ser obtida por meio de reformas graduais que, respeitando os marcos legais do regime vigente, transformassem a estrutura econômico-social do país. A solução pacífica para os problemas nacionais era, certamente, o desejável, mas



as classes dominantes e o imperialismo norte-americano a tornavam inviável. Na defesa de seus interesses e privilégios, mantinham “um controle inflexível da máquina do Estado, que [era] fundamentalmente utilizada para reprimir quaisquer tentativas das massas populares de restringir e abolir a espoliação estrangeira e as injustiças sociais” (Doc. O Golpe de 1964 e seus ensinamentos). Neste sentido, a orientação do caminho pacífico era uma ilusão que havia custado caro ao movimento popular.

Os acontecimentos de março-abril vieram demonstrar o quanto era ilusória a orientação do caminho pacífico. É inegável que o movimento democrático e antiimperialista dispunha de bastante força. Contava com os sindicatos, com as organizações estudantis, possuía apoio no campo e regular influência nas corporações militares. Contudo, não foi capaz de organizar a luta para enfrentar os golpistas. Imbuído de uma concepção pacífica, revelou completa falta de iniciativa para defender os interesses do povo. Hoje, quando as liberdades foram anuladas e sucedem-se as mais odiosas perseguições, não é difícil compreender o quanto foi criminosa a linha da transição pacífica. Os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais indagam por que não se resistiu ao golpe quando se tinha tão fortes posições. Os responsáveis principais são os que pregavam aquela orientação. Tivesse prevalecido a linha revolucionária, outro teria sido o curso dos acontecimentos (Doc. O Golpe de 1964 e seus ensinamentos).

Outro valioso ensinamento extraído da derrota de abril estava relacionado a direção do movimento democrático e antiimperialista. Sob a hegemonia da burguesia reformista, representada pela corrente liderada por Goulart, o movimento encontrou-se a reboque dos interesses burgueses, entregando à sua sorte, e à do país, as possibilidades de conciliação. Ainda que estivesse chamada a participar “da luta antiimperialista e antilatifundiária”, integrando “a frente única das forças sociais interessadas na vitória da revolução”, a “burguesia nacional” não poderia ser a “dirigente da luta democrática e nacional-libertadora”. Ao mesmo tempo em que se opunha ao latifúndio e ao imperialismo, ela temia cada vez mais “a radicalização da luta contra esses obstáculos ao progresso do país”. Buscava solucionar os problemas que obstaculizavam o desenvolvimento por meio de reformas gradativas, sem romper inteiramente com o imperialismo e o latifúndio. O governo Goulart expressava bem esse caráter dúplice da burguesia. “Toda sua política revelava a vã tentativa de conciliar os interesses nacionais com a



dominação dos monopólios norte-americanos e com a manutenção do atual sistema de propriedade da terra” (Doc. O Golpe de 1964 e seus ensinamentos).

Preocupado em evitar “que as massas se encaminhassem no sentido revolucionário”, o reformismo do governo Goulart impregnou-se de tal forma na direção do movimento popular, que sua atuação acabou tendo um conteúdo defensivo e conciliador, incapaz de resistir ao ataque do adversário. Quando os golpistas recorreram as armas, a linha conciliatória do governo transformou-se em capitulação.

Naquela ocasião, Goulart não apelou para as massas a fim de defender a legalidade e ordenou aos militares que lhe eram fiéis a não opor qualquer resistência armada. Preferiu abandonar o governo a ter de enfrentar uma guerra civil que poderia, com a ampla participação do povo, transformar-se num movimento revolucionário de grande envergadura. A direção do movimento democrático e antiimperialista pela burguesia reformista – coadjuvada pelo seu apêndice, o Partido Comunista Brasileiro – conduziu, assim, à entrega sem luta das posições conquistadas, deixando as massas à mercê dos inimigos (Doc. O Golpe de 1964 e seus ensinamentos).

Ao frear “o desenvolvimento das ações combativas das organizações populares”, a linha reformista (leia-se pacifista e reboquista) “desarmou os trabalhadores”, deixando-os entregue ao inimigo (Doc. O Golpe de 1964 e seus ensinamentos). Era essa a conclusão do PCdoB, a mesma que, por caminhos distintos, também chegou a Polop.

Apostando que a crise do capitalismo brasileiro se aprofundaria, sem solução nos marcos estabelecidos pela ação da burguesia, a Polop já visualizava um golpe no horizonte e, antes mesmo de 1964, já propunha se desfazer do que acreditava ser uma política reboquista liderada pelo PCB. A crise econômica do capitalismo brasileiro se agravava ao fracasso de cada novo plano de estabilização ou tática de aprovação do programa de reformas, tornando a instauração de uma ditadura cada vez mais necessária para a burguesia, já que, para voltar às condições de crescimento econômico experimentados anteriormente, seria necessário restaurar as condições anteriores da acumulação capitalista, o que só seria possível se fosse revertido a relação de força a favor do capital (Doc. *Jornal Política Operária*, nº 8, p. 4).

Para a Polop, o prolongamento da crise aumentaria a insatisfação popular, que tanto poderia acelerar o processo de formação da vanguarda revolucionária – tornando possível a



preparação de uma direção política honesta e consciente de seu papel para a classe trabalhadora –, quanto poderia deixar os trabalhadores à mercê do estabelecimento de uma ditadura do capital. Esgotada a fase de expansão capitalista e a política de aliança do governo Goulart, restaria às forças de esquerda, se mantida a tática “reboquista”, arcar com os prejuízos desastrosos de seu fracasso eminente: “Um fracasso da esquerda perante esta tarefa deixará as massas desorientadas e descontentes, à mercê de qualquer aventura bonapartista ou fascista” (Doc. Declaração política da II conferência extraordinária, p. 2).

Ao entregar a resistência do golpe ao governo e ao seu “dispositivo militar” o PCB, principal vanguarda do movimento popular à época, havia desarmado os únicos interessados em uma verdadeira resistência, sendo, assim, o responsável pela derrota de 1964. Neste sentido, a Polop não se furtou em questionar o que acreditava ser uma falsa autocrítica do PCB. Citando vários desvios de “esquerda” e de “direita”, seu Comitê Central continuava se recusando a apontar com objetividade aquele que havia sido o seu erro básico, ou seja, aquele que esteve na origem e se constituía como a causa de todos os outros que mencionava, deixando assim de admitir que era a sua estratégia revolucionária que se encontrava equivocada. Focada em apontar erros na aplicação da linha política assumida àquela altura, o PCB não admitia que o “reboquismo com relação à burguesia, a ilusão no caráter democrático das forças armadas, a ausência de mobilização independente e revolucionária das massas trabalhadoras [e] a esperança em golpes nacionalistas” que caracterizaram a atuação do partido no período, e configuravam “um claro desvio de direita” – “uma capitulação à ideologia burguesa, a substituição da luta de classes pela colaboração com a burguesia” –, não eram desvios na aplicação das teses do seu V Congresso, mas legítimas filhas dessa linha reformista (Doc. Informe Nacional n. 50).

NOTAS CONCLUSIVAS: COM A RAZÃO, MESMO NA DERROTA

As organizações comunistas haviam, em certa medida, previsto o golpe, mas não se encontravam preparadas para o seu êxito. Surpreendidas, não pela ação dos inimigos, mas pela



falta de resistência, estas organizações viram no desenrolar dos acontecimentos a comprovação de suas teses. Sem a necessidade de uma autocrítica que alterasse as orientações programáticas em vigor, tiraram dessa dolorosa derrota a compreensão de que estavam certos, e assim, conservaram as mesmas posições que defendiam no período anterior a abril de 1964.

As “Teses” que a direção do PCB havia apresentado para o debate preparatório do seu VI Congresso, e que se consagrariam vitoriosas na luta interna, continuavam fiéis à linha política pré-64. Conservavam seu alinhamento automático ao revisionismo soviético, insistindo na defesa da via pacífica, e a concepção etapista de revolução que os mantinha presos à luta nacional e democrática, anti-imperialista e anti-feudal. Desta forma, interpretavam o golpe como a vitória das forças reacionárias e entreguistas contra as democráticas e nacionalistas e estabeleciam como tática de enfrentamento à ditadura a formação de uma frente única, ampla o suficiente para abarcar todos aqueles grupos que lutavam pela restauração da democracia no país, ressaltando assim que a tarefa imediata não era a luta pelo socialismo, mas pela desagregação da ditadura em favor da conquista das liberdades democráticas.

O PCdoB também continuava defendendo a necessidade de uma revolução nacional-democrática anterior à etapa socialista, e a construção de uma “ampla frente única” para realização das tarefas imediatas de luta contra a ditadura e instauração de um governo representativo dessa luta anti-imperialista e anti-feudal. Sustentando que os acontecimentos de abril de 1964 haviam provado a inviabilidade histórica da linha reformista, reafirmavam a necessidade da luta armada contra a orientação pacifista, e da direção proletária na frente única (formada em aliança com a “burguesia nacional”) como rejeição da política reboquista (Cf. SALES, 2000).

Já a Polop, apesar de suas divergências internas, que apresentavam caminhos distintos, sustentava que o novo regime político advindo do golpe de 1964 não havia alterado as condições de classe do Estado brasileiro. Desta forma, sem produzir condições políticas significativamente novas, não era necessário reformular a estratégia revolucionária defendida pela organização desde sua fundação. Por isso, continuou opondo à ideia de uma “ampla frente única” defendida pelos PCs a constituição de uma Frente de Esquerda Revolucionária (FER); e



a revolução nacional-democrática opondo a uma política proletária imediatamente socialista que instaurasse um Governo Revolucionário dos Trabalhadores.

REFERÊNCIAS

COELHO, Eurelino. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, o golpe e a ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubem. (Org.). **Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p. 193-222.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990, p.85-92.

MARINI, Ruy Mauro. **Foro Internacional**, v. 5, n. 4, abril-junio de 1965, pp. 511-546, El Colegio de México. http://www.marini-escritos.unam.mx/031_conflictos_brasil.html. O texto acessado não possui paginação. Tradução livre. Acessado em 26/04/2023.

MARTINS, Ernesto. Classes e Estado, democracia e ditadura in: MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery (org's). **Polop**: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil. 2ª ed. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

MARTINS, Ernesto. **Aonde Vamos** - parte I. Abril de 1966. CEDEM/UNESP. Fundo POLOP.

NOBERTO, Lineker. **Nova Senda Socialista: a história da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO)**. Tese de doutorado em história na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2021.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. **POLOP**: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967). Dissertação de mestrado em sociologia. UNESP. Araraquara, 2007.

SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PCdoB**: propostas teóricas e prática política – 1962-1976. Dissertação de mestrado em história. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2000.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. 1ª Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro in: CARONE, Edgar. **O PCB – 1964-1982**. Vol. 3. São Paulo. Difel, 1982a.

Causas da derrocada de 1º de abril de 1964 (julho de 1966) in: CARONE, Edgard. **O PCB 1964-1982**. Vol. 3. São Paulo: Difel, 1982b.



VI Congresso do PCB (dezembro de 1967) in: CARONE, Edgard. **O PCB 1964-1982**. Vol. 3. São Paulo: Difel, 1982c.

Balanco político (nov. 1965). CEDEM/UNESP. Fundo POLOP.

Declaração política da II conferência extraordinária. Julho de 1963. CEDEM/UNESP. Fundo POLOP.

Informe Nacional n. 35, 29-07-1966. CEDEM/UNESP. Fundo POLOP.

Informe Nacional n. 50, 02-12-1966. CEDEM/UNESP. Fundo POLOP.

Jornal **Política Operária**, nº 8, janeiro de 1964. CEDEM/UNESP. Fundo POLOP.

Jornal **Política Operária**, nº 14, junho de 1965. CEDEM/UNESP. Fundo POLOP.

O Golpe de 1964 e seus ensinamentos. Documento da Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), agosto de 1964. Disponível em: https://cedema.org/digital_items/6264. O texto acessado não possui paginação. Acesso: 24/04/2023.

ⁱ Também o PCdoB alertava para que não se confundisse a revolução nacional-democrática com a socialista: “Nas condições atuais, postular o objetivo socialista será afastar de plano a burguesia nacional. Não restam dúvidas que o futuro do Brasil é o socialismo. Mas o caminho para o socialismo passa, indiscutivelmente, como a vida está mostrando, pela revolução democrática e antiimperialista. Os que pretendem dar uma feição socialista à revolução em sua presente etapa, como fazem os grupos trotsquistas, ajudam os imperialistas e a reação interna”. **O Golpe de 1964 e seus ensinamentos**. Documento da Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), agosto de 1964. Acessado em 24/04/2023. https://cedema.org/digital_items/6264. O documento consultado não possui paginação. Para o PCdoB, no entanto, a revolução democrático-nacional burguesa não seria dirigida pela burguesia nacional, mas pelo proletariado em aliança com os camponeses.

ⁱⁱ Jacob Goreneder faz menção a atividades de uma minoria crítica à linha política do V Congresso, que, mobilizando algumas bases regionais do partido, fez forte oposição ao Comitê Central. Cf. GORENDER, 1990, p. 85-92.

ⁱⁱⁱ Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro in: CARONE, op. cit., 1982, p. 24. Já a resolução aprovada pelo VI Congresso, em dezembro de 1967, nega que se possa falar em “reboquismo”: “Não é correto afirmar-se que essas tendências de direita colocaram o conjunto de nossa atividade numa linha ‘a reboque da burguesia’”. VI Congresso do PCB (dezembro de 1967) in: CARONE, 1982, p. 53. Essas mudanças de ênfase na “autocrítica” se relacionam as correlações de força da luta travada no interior do partido.

^{iv} Entendemos como tal a tendência de se formarem dois polos na vida política – um nacionalista e democrático e outro entreguista e reacionário – que obriga todas as forças a uma definição geral, diante desse delineamento prioritário de posições. Essa dinâmica bipolar é o reflexo da contradição principal que atua na sociedade brasileira, na presente fase: a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos no País. Se analisamos isoladamente a conduta de um líder político ou se enfocamos aspectos parciais da vida política,



muitas vezes não distinguimos esse fenômeno. Ao se analisar, porém, o conjunto das forças e a história política num prazo mais amplo, encontraremos com evidência essa tendência bipolar, por mais que dele queiram fugir algumas pessoas” Causas da derrocada de 1º de abril de 1964 (julho de 1966) in: Carone, 1982, p. 46.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Doutor em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade do Estado da Bahia. <https://orcid.org/0000-0001-8344-9484>. E-mail: lineker.noberto@yahoo.com.br.

Submetido em: junho de 2024.
Aprovado em: outubro de 2024.
Publicado em: novembro de 2024.